

Mídia, política e espaço público

Luiz Ademir de Oliveira¹, luizoliv@terra.com.br; **Adélia Barroso Fernandes**², adeliabfernandes@gmail.com; **Carla Martoni Mendes**³, carla.jornalismo@hotmail.com

1. Mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte; doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), RJ; professor na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), MG.
2. Mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte; professora no Centro Universitário de Belo Horizonte (UNI-BH), MG.
3. Mestre em Comunicação Social pela Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC), Juiz de Fora, MG; professora na UNIPAC de Conselheiro Lafaiete, MG.

Artigo protocolado em 06/03/2009 e aprovado em 11/03/2009.

RESUMO: O artigo traz uma discussão sobre mídia e espaço público tomando como referência os trabalhos do filósofo Jürgen Habermas, desde a sua visão crítica dos anos 60 até os livros mais recentes que apontam uma nova concepção sobre a vida pública. Os meios de comunicação de massa eram apontados como responsáveis por destruir as fronteiras entre o público, o privado e o íntimo, mas hoje, para os autores, a mídia pode ser pensada como uma instância que amplia a vida pública. Tornando-se, dessa forma, um espaço de disputas argumentativas.

Palavras-chave: espaço público, mídia, esfera privada, sociedade intimista, disputas discursivas.

RESUMEN: Los medios de comunicación, política y espacio público. El artículo trae una discusión

en los medios de comunicación y espacio de público y toma como la referencia el trabajo del filósofo Jürgen Habermas, desde que su visión crítica de los años sesenta a los más recientes libros que apuntan una nueva concepción sobre la vida pública. Las radiodifusiones fueron señalados como responsable para destruir las fronteras entre el público, el privado y el íntimo, pero hoy, para los autores, los medios de comunicación pueden pensarse como un caso que agranda la vida pública. Llegando a ser, en así, un espacio de disputas discutidoras.

Palabras llaves: espacio público, medios de comunicación, esfera privada, sociedad íntima, disputas digresivas.

ABSTRACT: Media, politics and public space. The article brings a discussion on media and public space taking as reference works of the philosopher Jürgen Habermas, since his critical vision of the 60s to the most recent books which point a new conception about the public life. The broadcastings were pointed as responsible for destroying the borders among the public, the private and the intimate, but today, for the authors, the media can be thought as an instance that enlarges the public life. Becoming, in that way, a space of argumentative disputes.

Keywords: public space, media, deprived sphere, intimate society, discursive disputes.

Introdução

Com o surgimento dos meios de comunicação de massa no início do século XX, a sociedade passou por intensas transformações. Começando pelo impacto do rádio nos anos 20, passando pelo fascínio da TV nos anos 50, chega-se à década de 90 com a revolução tecnológica e social gerada pela internet. Mas, antes destas mídias, a imprensa já havia gerado grandes mudanças, por tornar públicos os fatos considerados mais relevantes ou que despertam maior interesse no público.

Em pleno século XXI, é evidente como as fronteiras entre as esferas pública, privada e íntima já não existem de forma clara. Assuntos públicos são

tratados como questões privadas e assuntos privados são abordados com grande visibilidade: escândalos envolvendo líderes políticos e celebridades, por exemplo. A política brasileira é bastante ilustrativa, desde os casos de apropriação dos recursos públicos pelos líderes políticos nos casos de corrupção até as denúncias de nepotismo ou os escândalos que envolvem as figuras públicas. Escândalos que já geraram dezenas de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) levaram à cassação de um presidente e se tornou quase rotina no cenário político brasileiro.

Outra evidência da sociedade intimista, em que a vida privada das celebridades é exposta a todo instante, está na cobertura de revistas semanais como **Caras**, **Contigo** e mesmo nos magazines considerados sérios, como **Veja**, **Istoé** e **Época**. Em dezembro de 2008, a atriz Suzana Vieira virou capa da revista **Veja**, depois da morte por overdose de seu ex-marido Marcelo Silva. A revista trouxe dados sobre o relacionamento complicado entre os dois, destacou o fato de a atriz ser bem mais velha que o ex-marido e enfatizou que ela já tinha sido alvo de escândalo depois dele ter se envolvido com outras mulheres.

Mas o exemplo mais claro desta exploração de questões íntimas como forma de gerar audiência e lucros para a mídia está na exibição do programa **Big Brother Brasil** (BBB), que está em sua nona edição. Durante três meses, 14 participantes – o número tem oscilado e nesta edição chegou a 18 – anônimos tornam-se celebridades e viram alvos de câmeras durante 24 horas do dia, para que o espectador possa “olhar” tudo que acontece na casa em que estão confinados, desde as discussões mais grotescas, passando pelos desentendimentos até os relacionamentos amorosos e sexuais. A cada semana, um participante é eliminado, e o que suportar melhor o preço da exposição ganha 1 milhão de reais. O público é convidado a participar e, a cada semana, decidir quem fica e quem sai. Trata-se de um contrato assinado entre a emissora e o público em que não há limites na exposição da vida íntima destas celebridades efêmeras.

Tais exemplos nos levam à rica discussão sobre mídia e espaço público. Habermas tornou-se uma referência no assunto ao lançar na década de 60 a obra “Mudança estrutural da esfera pública”, publicado no Brasil em 1984. Na época, numa linha crítica e pessimista, o autor apontava a decadência da vida pública, gerada, principalmente, pela ruptura das fronteiras entre o público, o privado e o íntimo. Mas, a partir da década de 80, Habermas e outros autores, como Thompson (1998), passaram a encarar de outra forma o papel da mídia na ampliação da esfera pública. O presente artigo tem o objetivo de discutir a relação mídia, política e espaço públi-

co, a partir de dois recortes: a visão habermasiana crítica e a concepção mais contemporânea.

I – A mídia como ampliação do espaço público: a perspectiva crítica de Habermas

A partir da concepção de centralidade da mídia e as transformações geradas na vida social em função do papel mediador da comunicação, é imprescindível discutir como se redefine o conceito de esfera pública. Os meios de comunicação constituem, hoje, uma nova dimensão da vida pública, mas de uma forma complexa, tendo em vista que assuntos públicos e privados se misturam. Desde a visão crítica inicial de Habermas até os seus trabalhos recentes, há uma rica discussão sobre as novas configurações do espaço público, principalmente em decorrência do surgimento das tecnologias digitais.

Discute-se, então, a idéia de espaço público, traçando um panorama das relações entre as fronteiras entre público, privado e esfera íntima ao longo da história. Parte-se da idéia de que, na atualidade, há uma mistura entre estes âmbitos. O público e privado estão em permanente mistura. O surgimento da mídia contribuiu para acelerar ainda mais a ruptura entre as fronteiras destas esferas, gerando uma sociedade intimista.

Thompson (1998) explica que, antes do surgimento dos meios de comunicação de massa, as principais formas de comunicação e de intercâmbio de informações ocorriam por meio de interações face a face. Havia a obrigatoriedade da presença in loco dos sujeitos participantes dos diálogos, que compartilhavam de um lugar comum. Em função disso, o surgimento da mídia gerou profundas mudanças na vida social, pois criou novas formas de interação – como a interação mediada (dialógica, mas que não necessita de que os indivíduos compartilhem o mesmo lugar, pois tem a mediação técnica, como as conversas telefônicas, MSN etc) e a quase-interação (em que um emissor fala para um grande público via mídia, como televisão, internet, rádio etc).

A emergência da mídia altera também as fronteiras entre a esfera pública e a esfera privada. Há uma mistura cada vez maior entre estas duas dimensões. O trabalho que se tornou referência na discussão sobre espaço público é o de Jürgen Habermas (1984), que, em seu livro “A mudança estrutural da esfera pública”, traça um panorama sobre tais mudanças. Para o autor, o espaço público é um lugar comum, das disputas discursivas, o espaço da argumentação e da deliberação. A mídia tornou-se, na modernidade, uma esfera pública ampliada, tendo em vista que é hoje a instância de maior visibilidade e onde os atores sociais travam as suas disputas discursivas.

Hannah Arendt (1995) afirma que a ação política é a atividade que diferencia os homens dos outros animais e garante a diversidade cultural. Para a autora, para que possam compartilhar o lugar comum, os indivíduos têm que aparecer, encontrar-se no espaço público, em que a ação e o discurso se concretizam.

O conceito de esfera pública moderna ou burguesa tornou-se conhecido a partir da obra de Jürgen Habermas (1984), quando o autor apresenta uma visão crítica em relação à instituição da esfera pública. Os autores explicam que, em sua obra, Habermas descreve a decadência da esfera pública associando tal processo à consolidação do capitalismo e à emergência dos grandes conglomerados de comunicação de massa, principalmente no século XX. Habermas (1984) afirma que a esfera pública passa a ser progressivamente esvaziada pela expansão de um Estado intervencionista, que tem um caráter semi-público. Para o autor, é o capitalismo, sob o domínio das grandes empresas, que forçam o Estado a intervir no setor privado, a favor da economia de mercado.

Habermas (1984) traça um panorama histórico de como a esfera pública e a esfera privada foram se estruturando até chegar a uma mistura entre as duas instâncias na modernidade. Começando pela Grécia, o autor afirma que, nas cidades-estado, a esfera da *polis*, espaço que era compartilhado por todos os cidadãos livres, era bem distanciada da esfera privada – *oikos*. Mas para participar da vida pública na *polis* o cidadão tinha que ter autonomia na sua vida privada. Por isso, estavam excluídos os homens que não tinham bens, as mulheres e os escravos. Nesse sentido, apesar da riqueza do modelo de democracia da Grécia antiga, havia o problema da exclusão de determinadas parcelas, como é o caso das mulheres. No entanto, a vida pública era centrada em debates de interesse coletivo, em que as questões privadas não apareciam. Prevaleciam a participação, a argumentação e a deliberação, pontos cruciais para a compreensão da democracia.

Em seu trabalho, Habermas (1984) pontua que, durante a Idade Média européia, houve uma junção entre as esferas pública e privada na figura do senhor feudal. Não havia mais uma separação entre estes dois domínios. A autoridade do senhor feudal representava ao mesmo tempo o poder privado sobre a família e os seus vassalos, assim como exercia um controle público sobre a área de seu domínio.

Ao traçar o panorama histórico, Habermas (1984) afirma que, com o fim do feudalismo e o surgimento do capitalismo, novas mudanças ocorreram na distinção entre público e privado. No início do capitalismo, teve início a troca de mercadorias e de informações. As primeiras cidades ou burgos surgiram com a queda de poder dos senhores feudais. É nesta época que em busca de uma maior centralização do poder despontaram as monarquias absolutistas. Arendt, citada por Oliveira *et alli* (2006), afirma que ocorreu também o processo de

formação do social, em que a economia moderna não se orientava mais pela economia doméstica (*oikos*) como na Grécia antiga, mas, no lugar da casa, inseriu-se o mercado, transformando-se em economia comercial. A nova esfera privada, então, ficou subordinada ao poder público. Habermas (1984) explica que, para atender às exigências deste capitalismo incipiente, surgiu a imprensa na sua primeira fase – a chamada imprensa artesanal que servia como forma de intercâmbio de informações comerciais.

Paralelo à emergência de um moderno aparelho de Estado, Habermas (1984) explica que surgiu uma nova camada social – a da burguesia, que assumiu uma posição de protagonista no processo histórico. O autor afirma que, a priori, a esfera pública burguesa deve ser compreendida como uma instância de sujeitos reunidos em um público. Os burgueses são, segundo Habermas, pessoas privadas, ou seja, não governam, não exercem funções públicas. Daí que surge a crescente pressão da burguesia contra o Estado. Trata-se da sociedade que se diferencia do estatal e vai cobrar, principalmente, a não interferência deste nas questões privadas. Os burgueses são críticos ao princípio de dominação do Estado. Por isso, institui-se uma polarização entre o setor privado (constituído pela sociedade civil) e a esfera do poder público (o Estado). Habermas (1984) explica que, como instâncias intermediárias, podem ser citadas a esfera pública literária (clubes, cafés, imprensa etc) e o mercado de bens culturais. Segundo o autor, a tarefa política da esfera pública estava relacionada à regulamentação da sociedade civil. O privado também é entendido em duas esferas: o privado ligado à idéia de mercado e o privado que remete ao ambiente íntimo e familiar.

Se Habermas aponta uma polarização entre a sociedade (formadas pelos burgueses) e o poder estatal, torna-se compreensível o surgimento de um novo tipo de imprensa. Trata-se da imprensa político-literária, utilizada pelos burgueses para disseminar os seus ideais contra o poder estatal exercido pela aristocracia. Esta imprensa era resultado do que era discutido pelos burgueses nos espaços públicos, como salões, cafés. Era uma imprensa extremamente opinativa que reunia o público literário e crítico, tendo em vista os ideais de transformação na época da burguesia.

Um dos pontos centrais defendidos pela burguesia, que ainda não estava no poder, era a não intervenção do Estado nos assuntos privados, ou seja, deveria prevalecer o Estado Liberal de Direito, em que fossem garantidos os princípios jurídicos de proteção ao livre mercado. “O Estado de Direito enquanto Estado burguês estabelece a esfera pública atuando politicamente como órgão do Estado para assegurar institucionalmente o vínculo entre lei e opinião pública” (HABERMAS, 1984, p. 101). Fica claro que a idéia burguesa era de que o Estado de Direito pregava, de certa forma, a extinção do Estado.

Enquanto não esteve no poder, a burguesia defendeu o Estado Liberal de Direito. Mas Habermas (1984) descreve como este ideal burguês foi pervertido quando ele se refere ao que chama de mudança estrutural da esfera pública burguesa. Na prática, a burguesia começou a agir de forma contrária ao que pregava. Aos poucos, a concepção, por exemplo, de um mercado livre foi sendo substituída pela emergência de mercados oligopolizados e, gradativamente, as diferenças sociais foram se ampliando entre proprietários e assalariados, o que obrigou o Estado a ser mais intervencionista. Além disso, os burgueses começaram a se infiltrar no Estado para garantir os seus privilégios. Ou seja, eles perverteram o princípio básico de distinção entre público e privado. A burguesia passou a privatizar o que é da ordem do público, isto é, começou a se apossar de bens públicos para atender a interesses privados, como ocorrem com os grupos e oligopólios até hoje. Por outro lado, houve uma publicização do privado, em que questões que deveriam ser mantidas na esfera privada passaram a ser tratadas como questões públicas. Isso pode ser citado, como exemplo, nos casos em que os líderes políticos são avaliados pelos seus atributos pessoais e não pelos atributos públicos.

Habermas (1984) afirma que, nos cem anos que sucedem ao período áureo do liberalismo, num capitalismo que pouco se organizou, dissolveu-se a relação originária entre esfera pública e esfera privada, decompondo-se os contornos da esfera pública burguesa. A esfera pública, segundo o autor, perde a sua função política e perde a publicidade crítica. Segundo Habermas, com a interpenetração progressiva entre a esfera pública e o setor privado, há uma desfiguração da vida pública. Há uma concentração de capital, e o intervencionismo estatal acaba rompendo com o modelo liberal de livre concorrência. O Estado passa a intervir constantemente na esfera privada, havendo uma crescente conexão entre a tendência à concentração de capital e um crescente intervencionismo estatal. Habermas afirma que essa nova interdependência de esferas pública e privada rompe com o sistema clássico de Direito Privado.

Com isso, têm-se muitas transformações na sociedade. O público crítico e literário dos salões e cafés cedem espaço a um público consumidor de cultura, que no século XX dá vigor ao surgimento da chamada indústria cultural. A imprensa entrou, então, numa terceira fase, quando deixou o lado opinativo e passou a se concentrar em conglomerados. O jornal transformou-se em mercadoria. Os bens simbólicos passaram a ser comercializados. Neste contexto, Habermas (1984) afirma que ocorreu a decadência da esfera pública burguesa.

Habermas diz que o surgimento dos meios de comunicação de massa acelera esse processo de decadência da esfera pública, uma vez que a cultura difundida pela mídia é a cultura de consumo, com fins manipulatórios. Assim, a

discursividade passa a ter a função de seduzir o público. O surgimento da imprensa desencadeou transformações na forma da organização social. Uma mudança relevante trazida pelo surgimento dos jornais e da televisão seria a não-necessidade de se compartilhar um mesmo espaço físico para estabelecer um processo comunicativo.

Além disso, o autor argumenta que há um processo que pode ser chamado de refeudalização da esfera pública, tendo em vista que os grandes conglomerados de empresas passaram a controlar não somente o mercado como a interferir no poder estatal. Disso, há uma mistura perversa entre público e privado. A esfera pública, entendida como espaço de disputas discursivas e argumentativas, cedeu espaço ao modelo determinado pelo mercado, ou seja, um modelo imposto pela esfera privada. A idéia que, segundo Habermas permeava a esfera pública, como a instância de participação, argumentação e deliberação, perdeu-se numa esfera de controle por parte de grupos privados.

II – Um novo olhar sobre a mídia como nova instância do espaço público

Se até os anos 80 Habermas compartilhava de uma visão crítica em que apontava a decadência da esfera pública, a partir desta data o filósofo alemão passou a escrever uma série de artigos e livros revendo várias questões da sua obra. O autor propõe, então, uma nova perspectiva de análise sobre a vida pública e argumenta que a mídia deve ser entendida como um novo espaço de disputas discursivas e não como um meio de manipulação. Foi quando elaborou a chamada teoria da ação comunicativa.

Em seus trabalhos recentes, Habermas criou a definição de três tipos de modelo de democracia: a liberal, a republicana e a deliberativa, que são trabalhados por Rousiley Maia e Wilson Gomes (2008), no livro **Comunicação e democracia**: problemas e perspectivas, quando os autores estabelecem uma discussão sobre a relação entre a mídia e a democracia, tratando das novas configurações do espaço público. Inserem problemáticas novas decorrentes da emergência das tecnologias digitais. Os autores explicam que cada uma dessas linhas de abordagem traz consigo o seu específico patrimônio de questões e de pressupostos e a sua própria agenda.

A abordagem da tradição liberal, conforme explicam os autores, mantém como centro das suas preocupações a autonomia privada dos cidadãos de forma que a sua agenda inclui a proposta, o reforço e a defesa de um modelo institucional destinado a garantir as liberdades igualitárias dos cidadãos privados, materializado na proteção dos direitos que protegem os indivíduos da tirania e do autoritarismo do Estado etc. Está ligado à tradição liberal que nasce com

Locke e defende um Estado pouco intervencionista.

Nesse horizonte, os problemas concernentes ao tema “comunicação e democracia” dizem, sobretudo, respeito ao papel dos meios de massa no que tange aos direitos e às liberdades dos indivíduos. Esse papel se cumpre com a garantia dos direitos de expressão, com a consolidação da liberdade e da pluralidade de opiniões, com a função de vigilância constante e hostil contra os “governos invisíveis” e contra a tendência de uso patrimonialista do Estado, pelo constrangimento exercido sobre os poderes públicos para forçá-los à transparência e à prestação de contas, pela proteção dos indivíduos por meio da extensa visibilidade pública mediada pelos meios de massa, contra os arbítrios privados e públicos, enfim, pela defesa intransigente das liberdades e da igualdade de todos no interior da comunidade política (MAIA; GOMES, 2008, p. 14).

Quanto à tradição republicana, Maia e Gomes (2008) explicam que esta, por sua vez, preocupa-se com a cidadania compreendida como a inscrição fundamental na comunidade política. A questão primordial para este modelo, segundo os autores, é como fazer com que a dimensão civil da sociedade recupere e assegure o controle sobre o Estado, entendido como comunidade política, como coisa, realmente, pública.

Mais que as liberdades negativas dos indivíduos (a liberdade entendida como a ausência de constrangimentos ou como a imunidade de coação externa), que fazem parte da agenda liberal-democrata, ao republicanismo preocupa os direitos igualitários e as oportunidades concretas de participação política e de engajamento na vida coletiva por parte da esfera civil, seja nos assuntos de interesse coletivo, mas de alcance da comunidade local, seja nos negócios públicos, cujo alcance afeta e obriga a toda a comunidade política (MAIA; GOMES, 2008, p.14).

Na tradição republicana, os problemas relativos à comunicação e democracia, segundo Maia e Gomes (2008), prendem-se, principalmente, ao favorecimento ou à criação de dificuldades à participação política pelas instituições, linguagens e meios de comunicação de massa. O *ethos* adequado à experiência democrática, na visão republicana, é aquele que favorece a existência

de cidadãos preocupados com a vida pública, engajados na formulação de questões e nas resoluções de problemas relativos à comunidade política, tanto no nível micro (comunidade local) como no macro (Estado), politicamente ativos e envolvidos nas interações sociais. Prevê a participação de sujeitos com alta cota de capital social.

Como um terceiro modelo, os autores apontam uma abordagem mais contemporânea, surgida, principalmente, dos trabalhos recentes de Habermas, que se trata do deliberacionismo. Assumiu o seu espaço nos anos 90, numa fronteira entre as tradições liberal e republicana. No século XXI, já é reconhecido como a principal novidade no contexto das teorias da democracia, por isso, alvo de muitas críticas e questionamentos. Maia e Gomes (2008) explicam que, para o modelo de democracia discursiva ou “democracia deliberativa”, o centro de atenção democrática é a existência de uma arena discursiva que funcione como esfera intermediária entre o Estado e a sociedade civil. Parte-se, portanto, do pressuposto de que os cidadãos devem ter a capacidade e a oportunidade de deliberar racional e publicamente sobre as decisões coletivas que os afetam e importam. A concepção da democracia deliberativa pressupõe que a legitimidade de um Estado democrático depende em grande parte do modo como o centro produtor da decisão política se relaciona e se vincula ao corpo da sociedade civil.

Maia e Gomes (2008) argumentam que aos meios de comunicação de massa, no modelo de democracia deliberativa, cabem dupla tarefa e dupla agenda: (1) como conjunto de oportunidades para a existência de uma esfera pública qualificada e (2) como conjunto de instrumentos para que a esfera pública se faça valer nas esferas de decisão política. Nesta perspectiva, segundo os autores, os problemas relativos ao tema “comunicação e democracia”, estão ligados a estas duas questões. A comunicação pode falhar na sua contribuição para a constituição de uma esfera pública atuante e o problema de se consolidar instrumentos para a efetivação da esfera pública, tendo em vista a própria natureza mercadológica da mídia. No entanto, os autores apontam que, em muitas situações, os meios de comunicação têm funcionado como uma esfera de ampliação da vida pública e contribuem para a democracia deliberativa.

A partir de suas novas formulações de uma democracia deliberativa, Habermas, citado por Fernandes (1999), argumenta que não existe apenas o mundo sistêmico (administrativo e burocrático) que controla a sociedade, mas há também o mundo da vida (que se refere às relações do cotidiano, da esfera do afetivo). Estes dois mundos – sistêmico e o mundo da vida – estão em permanente relação. Assuntos que surgem de demandas privadas e cotidianas ganham, muitas vezes, dimensões maiores e passam a ser temáticas do mundo sistêmico e são discutidas e inseridas no universo político e até transformadas em leis.

O espaço público, na nova concepção habermasiana, baseia-se na noção de que as diversas esferas são constituídas pela ação comunicativa, que se forma em toda a sociedade e não é, necessariamente, dominada por grupos econômicos ou políticos. Entender a comunicação como uma rede, formada por processos comunicativos enraizados em formas particulares de vida e em questões práticas da existência, colabora para percebermos a sociedade em seu movimento, em sua transformação. As redes comunicativas interligam os sujeitos no cotidiano, no mundo da vida, às instituições e aos veículos de comunicação, cada vez mais interativos. A esfera pública pode ser descrita como uma rede dinâmica de comunicação, de informações e pontos de vista.

Fernandes (1999) explica que a interconexão entre estas duas esferas – mundo sistêmico e mundo da vida – somente se torna possível em função da existência de uma linguagem comum, que interliga os sistemas sociais especializados. Segundo Habermas, citado por Fernandes (1999), questões que emergem num campo específico (como o direito, a ciência e a economia), podem ser inseridos em outros sistemas especializados. Pode ser citado como exemplo a crescente Judicialização da política, em que assuntos políticos são discutidos e definidos pela instância jurídica.

Da mesma forma, Fernandes (1999) argumenta que demandas do mundo da vida cotidiana, por meio da linguagem comum, podem ganhar visibilidade na esfera pública. A autora explica que no espaço público deve-se buscar a linguagem voltada para o entendimento, portanto é um *locus* em que não vigora nem a linguagem simples nem a linguagem dos especialistas, mas uma linguagem comum para que se possa estabelecer o confronto de idéias. Fernandes (1999) completa afirmando que a linguagem comum possibilita a circulação de sentidos entre as diferentes esferas da vida social e gera transformações na ordem social.

Rousiley Maia (1998) argumenta, ainda que, além de permitir o intercâmbio de conhecimento entre campos específicos, a linguagem comum é usada como uma estratégia de se tornar compreensível os problemas da vida cotidiana. A autora afirma que, em função disso, os sujeitos passam a ter que buscar soluções para problemas socialmente gerados, enfrentar as contradições e os dilemas morais.

A linguagem comum, para circular pela sociedade, e em certa medida através da esfera pública pré-estruturada pela mídia, tem que conformar a linguagem dos sistemas especializados e a linguagem do mundo da vida e configurá-las para que as mensagens possam ser recebidas pelos códigos especiais do sub-sistema e vice-versa (MAIA, 1998, p. 11).

Habermas, citado por Fernandes (1999), afirma que, por um lado, a esfera pública é resultado das tentativas sistêmicas de coordenação e de con-

trole, o que tem a ver com o mundo econômico e político. Por outro lado, paradoxalmente, é uma esfera em que ocorre a formação política dos sujeitos que, muitas vezes, contrapõe-se às manobras de controle sistêmico. Habermas, citado por Fernandes (1999), argumenta que o espaço público é a essência das condições de comunicação pelas quais uma formação discursiva da opinião e da vontade de um público de indivíduos pode ser concretizada.

Como a esfera pública é uma rede dinâmica de comunicação, em que circula uma diversidade de atores sociais, Maia (1998) explica que os inúmeros discursos especializados tornam-se acessíveis para um maior número de indivíduos. Ao se tornarem públicos, principalmente por intermédio da mídia, tais discursos acionam contra argumentações e posicionamentos de confronto, muitas vezes imprevisíveis, o que remete à idéia da política como esfera da imprevisibilidade (GOMES, 2004). Conforme Maia ressalta, o espaço público, por ser aberto, é imprevisível, suscita debates, polêmicas e opiniões diferenciadas.

Neste contexto, articula-se a definição de Habermas de que os espaços públicos ganham formas, em reuniões, organizações, espetáculos, fóruns, palcos, arenas etc. A emergência das tecnologias digitais trouxe profundas mudanças porque ampliou tais espaços de debate e de sociabilidade. Desde as salas de bate papo até os fóruns de discussão, observa-se como há uma crescente interlocução, mesmo que mediada tecnicamente. Habermas (1997), citado por Fernandes (1999), explica que o espaço público configura-se também a partir da instância midiática, com o uso, por exemplo, dos recursos tecnológicos, e não se limitam à existência de um local física à presença in loco dos interlocutores. Nestes espaços públicos contemporâneos, que são múltiplos, plurais e dinâmicos, os movimentos sociais constituem sentidos diferenciados de cidadania e fazem circular linguagens que carreguem as suas experiências.

Conforme apresenta Fernandes (1999), Habermas discute a existência de uma multiplicidade de esferas públicas, e não apenas a de uma esfera pública única totalizante, em que os sujeitos estão permanentemente reestruturando relações. Partindo dessa nova visão, Fernandes destaca que nesses espaços formados por uma rede comunicativa extensa há uma luta de forças contraditórias. De um lado, o poder administrativo e econômico ou que Habermas chama de mundo sistêmico; de outro, o mundo cotidiano, ou que o autor chama de mundo da vida, entendido como a esfera do sujeito, das demandas sociais que busca interferir no mundo sistêmico.

Thompson (1998) argumenta que a inserção da mídia no cotidiano dos indivíduos alterou as formas de visibilidade, o que implica numa nova configuração da esfera pública. O autor classifica a comunicação de massa como a produção e difusão institucionalizada de bens simbólicos. Ele afirma que, ape-

sar de ter uma natureza mercadológica, permite a circulação pública das mensagens, o que gera um caráter democratizante. O autor enfatiza que a mídia ampliou os espaços de visibilidade e acelerou as trocas simbólicas. A nova visibilidade propiciada pela mídia, segundo Thompson (1998), gera transformações na dinâmica social. Os movimentos sociais, por exemplo, precisam se adequar à nova lógica imposta pela cultura midiática. Para ter visibilidade e legitimar as suas ações, necessitam ocupar o espaço público por meio de passeatas, eventos espetaculares, slogans, entre outras estratégias.

Thompson (1998) ressalta que o desenvolvimento da mídia constitui uma reelaboração do caráter simbólico da vida social e provoca uma reorganização da produção e intercâmbio dos bens simbólicos entre os sujeitos. O autor, então, apresenta uma relação entre a emergência dos meios de comunicação e as transformações na natureza da esfera pública. Antes do surgimento da mídia, a exposição de mensagens e de ações ocorria por meio de interações face a face, o que necessitava da partilha de um lugar comum – a co-presença. É o que ocorria na Grécia Antiga, como já foi abordado anteriormente. Na Idade Média e no início da era moderna, a exposição das questões públicas ainda era limitada. Com a emergência do Estado constitucional moderno, os processos políticos começam a ser alterados.

Thompson (1998), no entanto, argumenta que a grande mudança se deu com a emergência dos meios de comunicação de massa que criam a publicidade mediada. Com o suporte dos meios técnicos, surgem novos tipos de interação e não há mais a necessidade de compartilhar o mesmo espaço físico e a mesma dimensão temporal. Tal situação torna-se mais efetiva com o surgimento das tecnologias digitais.

Além disso, o autor (1998) explica que as transformações na natureza da visibilidade mudaram também as regras da política. Segundo o autor, com o desenvolvimento dos novos meios de comunicação, os governantes políticos tiveram que se preocupar cada vez mais com a sua apresentação diante de audiências que não estavam fisicamente presentes. Ele explica que isso se tornou necessário, porque, com a imprensa, sobretudo a eletrônica, houve um aumento nas audiências receptoras, as quais estão por toda parte e podem ver sem se deixarem ser vistas. Se a mídia trouxe formas de administrar a visibilidade, abriu brechas para riscos.

Thompson (1998) aponta quatro tipos de riscos: as gafes, os acessos explosivos, os escândalos e o vazamento de informações. O autor afirma que este caráter ambíguo da visibilidade mediada impõe maior cautela aos que se expõem publicamente. Uma gafe ou um acesso explosivo, por exemplo, dependendo da situação e do ator envolvido, pode ter conseqüências desastrosas, como uma declaração de um líder político que desencadeie a sua decadência

na vida pública. Existe ainda outro agravante, tendo em vista que não é possível monitorar as respostas do público receptor. Thompson (1998) denomina de escrutínio global estas novas formas de visibilidade criadas pela mídia.

Thompson (1998) trabalha também com uma nova visão sobre o receptor. Ele ressalta que na era da visibilidade não há como monitorar a recepção. Ele critica os teóricos que desconsideram o papel crítico do público. Para o autor, a recepção das mensagens midiáticas é uma prática social em que os indivíduos recebem e reelaboram o significado daquilo que lhes foi transmitido. Interpretam tais bens simbólicos a partir do contexto social e cultural em que vivem. Por isso, o autor aponta cinco características da recepção da mídia: (1) é uma atividade – não deve ser compreendido como uma atitude passiva de decodificadores de mensagens; (2) é uma atividade situada – o sujeito está inserido em determinados contextos sociais e culturais que vão influenciar na forma como vão interpretar o que recebem; (3) é uma atividade rotineira – o indivíduo recebe as mensagens no contexto de outras atividades que desenvolve em seu cotidiano; (4) requer habilidades cognitivas – o sujeito recorre à mídia sobre a qual tem conhecimento e habilidade de manusear e compreender a mensagem; (5) refere-se a uma interpretação hermenêutica – cada sujeito, em sua singularidade, dá o significado que quer à mensagem que recebe da mídia.

III – Considerações finais

Ao traçar um panorama da discussão sobre a mistura entre assuntos da vida pública e da esfera privada, constata-se, num primeiro momento, a complexidade do tema, tendo em vista que hoje já não existem fronteiras entre estas instâncias. A mídia, principalmente, invade a vida privada e íntima de celebridades e de anônimos dos mais diversos campos de atuação: mundo do entretenimento, universo da política, do esporte, entre outros.

Em seus trabalhos iniciais, ainda numa visão crítica, atrelada a uma concepção frankfurtiana, Habermas apontava a decadência da vida pública, por ver os assuntos públicos serem tratados como questões pessoais. Além disso, para o autor, a esfera pública deveria ser entendida como uma instância única – a esfera pública burguesa. O mundo sistêmico, dominado pela indústria cultural, tinha o controle da sociedade e gerava um esvaziamento da política e uma perda da autonomia do sujeito.

No entanto, ao apontar novas perspectivas de compreensão do mundo moderno, a partir da década de 80, Habermas mostra um amadurecimento teórico. Ele percebe que se tratam de múltiplas esferas públicas, em que o mundo sistêmico mantém permanente interface com o mundo da vida. De-

mandas do cotidiano tornam-se questões a serem tratadas no universo público. O sujeito deixar de ser visto como um indivíduo passivo, mas que participa do processo de tomada de decisões, mesmo que de uma forma mais fragmentada.

Referências bibliográficas

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FERNANDES, Adélia Barroso. **O papel reflexivo da mídia na construção da cidadania**: caso do Movimento Antimanicomial – 1987 a 1997. 1999. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte.

GOMES, Wilson. **As transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

HABERMAS, Jurgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HABERMAS, Jurgen. **Direito e democracia**. entre faticidades e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. v. 2.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

MAIA, Rousiley; GOMES, Wilson. **Comunicação e democracia**: problemas e perspectivas. São Paulo: Editora Paulus, 2008.

MAIA, Rousiley C. M.; FERNANDES, Adélia Barroso. O movimento antimanicomial como agente discursivo na esfera pública política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais, ANPOCS**, Bauru, v. 17, n. 48, 2002.

MAIA, Rousiley. O papel da mídia na pré-estruturação da esfera pública. CONFERÊNCIA DA INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR MEDIA AND COMMUNICATION RESEARCH (IAMCR). Glasgow, 1998.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.